



Pecuária

PROJETO DE MERCADO



Fonte: Jornal do Brasil - 29/09/2002

Índice

Segurança Alimentar na Cadeia Produtiva.....	4
Pela Eradicação Total da Febre.....	8
No Rio, uma zootecnia padrão.....	10
A um passo da validação internacional.....	11
Campo mais fértil para o crédito.....	13
Produtores têm recursos para setor de gado de corte.....	15
Pecuária leiteira têm mercado, mas falta preço.....	17
Fim das barreiras para exportação.....	18
Pratini inaugura laboratório da Embrapa.....	21
Inseminação artificial em alta.....	22
A busca pelo capim milagroso.....	23
Um boi suculento e comercial.....	24
A pecuária em evolução.....	25
De olho no mercado externo.....	26
Melhoramento genético.....	27
Entrevista / Pratini de Moraes - A luta contra o protecionismo.....	31
Eterna vigilância contra a aftosa.....	36
Outras enfermidades na mira.....	38
A saga do zebu supremo.....	39

Segurança Alimentar na Cadeia Produtiva

Com 170 milhões de cabeças, o Brasil é dono do maior rebanho comercial do mundo

A competitividade do País no mercado exportador de carne, a sanidade do rebanho brasileiro e ações de aperfeiçoamento da produção pecuária, entre outros, foram temas debatidos no seminário "A Segurança Alimentar na Cadeia Produtiva da Carne", promovido pelo Jornal do Brasil. O gado brasileiro, o maior rebanho comercial do mundo, deverá atingir quase 170 milhões de cabeças no final deste ano. A taxa de abate no Brasil está em torno de 20% ou 34 milhões de cabeças. A produção estimada para 2002 é de 7,15 milhões de toneladas e as exportações devem chegar a 1 milhão de toneladas, com receita de US\$ 1,2 bilhões.

Segundo Enio Marques, ex-diretor da Associação Brasileira das Indústrias de Carne (ABIEC), o Brasil é o terceiro maior exportador de carne do mundo, com 800 mil toneladas equivalentes de carcaças exportadas no ano passado. Esse ano o país deve exportar certamente um pouco mais, porque a produtividade continua aumentando e não existe nenhuma indicação de crescimento do consumo interno. "Esta sobra, obrigatoriamente, vai para fora, caso contrário os preços aqui cairiam mais do que os patamares mais ajustados", diz Marques. A produção de carne bovina no Brasil em relação à produção de outras carnes cresceu menos nos últimos 15 anos. Hoje, ela é a terceira em produção e consumo, depois da suína e da carne de aves. O abate de carne no mundo está em torno de 130 milhões de cabeças e o Brasil participa de 14% deste total. O rebanho mundial tem cerca de 1,2 bilhões de cabeças, das quais 165 milhões são brasileiras.

Marques explica que é importante acabar com alguns mitos com relação à exportação de carne. "Nós exportamos utilidades que vêm do boi e não carne que para o prato", diz ele. "O negócio do Brasil não é e nunca será exportar bife. Segundo ele, o que exportamos são produtos para a indústria, até pela peculiaridade da raça zebuína", frisou.

O gado zebu tem uma vantagem competitiva em relação às carnes da espécie européia, em função do rendimento para o produto industrial. Devido à alta taxa de abate, o tem grande produção de couro, além de outras utilidades para os animais.

O ex-diretor da ABIEC atribuiu a dificuldade de exportação à receita de organização das políticas dos países desenvolvidos depois da Segunda Guerra Mundial, que ainda prevalece hoje. "Naquela época, temas que eram sensíveis para quem sofreu restrições de abastecimento acabaram fazendo com que a Europa

e os países hoje desenvolvidos optassem pela auto-suficiência como estratégia de abastecimento em carne, leite e trigo", explica.

"A carne bovina é um dos bons exemplos de política protecionista".

Quem procura a auto-suficiência acaba tendo sobras, por isso, esses países acabaram se tornando grandes exportadores. O mercado mundial da carne, no entanto, é pouco dinâmico em função desses protecionismos. Prevalcem os acordos do pós-Segunda Guerra, nos quais o acesso ao mercado é muito difícil. "Itens de maior valor agregado são praticamente impossíveis de serem exportados", diz Marques. "Não podemos exportar hambúrgueres, lingüiça, mortadela, ou seja, produtos a base de carne, que tem acesso impedido nos mercados maiores".

Agronegócio
brasileiro
gera mais de
7 milhões
de empregos

O agronegócio brasileiro gera em todo o setor mais de 7 milhões de empregos diretos. O país tem na cadeia produtiva da carne em torno de 2,19 milhões de estabelecimentos com atividade pecuária, que ocupam uma área de 225 milhões de hectares. São cerca de 750 indústrias frigoríficas, 560 de curtume e 4.200 de calçados. "O setor da carne bovina é disparado o maior da agropecuária nacional", diz Palo Mustafaga, assessor técnico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). A estimativa deste setor para 2002 (apenas dentro da fazenda, num conceito de produção primária) é de que chegue perto dos R\$ 21 bilhões. Em segundo lugar vem a soja, com R\$15 bilhões, seguida pela cana-de-açúcar, com R\$ 9 bilhões, frango, perto de R\$ 9 bilhões, milho (R\$ 7,5 bilhões) e leite (R\$ 6,45 bilhões).

Sobre a distribuição do rebanho bovino brasileiro, nas últimas décadas nota-se uma tendência de crescimento maior nas regiões do Centro Oeste, onde há maior disponibilidade de terras de pastagens. As regiões tradicionais também são muito importantes, como a região Sudeste e, principalmente, a região Sul, que é pioneira na atividade pecuária.

Mustafaga ressaltou o potencial do setor, que vem apresentando tendência de crescimento nas últimas décadas. O Brasil dispõe de aproximadamente 200 milhões de hectares de pastagens naturais e plantadas e há expectativa de ganho de produtividade nessas áreas já exploradas, na medida em que haja uma recuperação das pastagens em processo de degradação. Isso descartaria a necessidade de abrir novas áreas para a exploração pecuária. Com a evolução da pecuária, as áreas de pastagens devem ser realocadas para a produção de outros produtos. As áreas agricultáveis do País somam em torno de 120 milhões de hectares.

A produção
estimada
para 2002
é de 7,1
milhões de
toneladas
de carne

Um dos fatores competitivos para a pecuária brasileira é que se produz no País o chamado boi verde, que está ganhando importância no exterior e tem sido muito valorizado no mercado europeu.

"O rótulo do mercado brasileiro está ganhando confiança", apontou Mustafaga.

O que o produtor brasileiro recebe em dólares por arroba em 2001 mostra a competitividade do Brasil, comparada com produtores nos Estados Unidos e Europa. "É bom lembrar que esses países só são competitivos em função dos elevados subsídios que recebem", diz Mustafaga.

O assessor técnico da CNA disse que, recentemente, o Brasil tem obtido muito êxito na abertura de novos mercados. Como o Chile, mercado europeu, a Ásia e o Oriente Médio. Há também a implantação este ano do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina. "Esse ponto é importante porque representa não apenas o atendimento de um requisito do mercado externo, mas constitui uma ferramenta que possibilitará uma melhor gestão do sistema produtivo da carne bovina", diz Mustafaga. "Todo esse trabalho tem em vista o consumidor, que está cada vez mais ávido por consumir produtos com certificação e qualidade".

A pecuária brasileira vem evoluindo em termos de suplementação mineral, manejos, pastagens e eliminação da fase de recria, tomando o processo mais eficiente, O crescimento de inseminação artificial, a redução da idade das vacas, além do crescimento de cruzamentos industriais para a produção de novilho precoce proporcionam um produto de qualidade um pouco melhor." Tudo isso resulta na redução da idade de abate, que no Brasil era há algumas décadas de cerca de 48 meses e já caiu hoje entre 24 a 30 meses de idade", diz Mustafa. A consequência é uma redução na sazonalidade da produção, o que reduz a safra e a entressafra, proporcionando uma oferta e preços mais regulares no mercado.

O assessor técnico da CNA ressalta o esforço por parte do governo para disponibilizar linhas de financiamento para a recuperação de pastagens, o que tende a melhorar os índices de lotação pecuária.

Para o diretor do Centro Pan -americano de Febre Aftosa, Eduardo Corrêa de Melo, a sanidade do rebanho depende do bem estar físico dos animais, permitindo a plena manifestação de suas características produtivas e reprodutivas." Neste contexto, como toda atividade humana, a saúde animal tem fins destinados a contribuir ao bem estar do ser humano", diz ele.

Segundo Melo, a criação do Centro Pan-americano de Febre Aftosa originou imediatamente na região um trabalho, sistemático e programado em termos de avançar no controle da doença.

Tudo isso através de investigações, como o desenvolvimento e validação de técnicas para diagnóstico virológico, e para o controle de vacina, com o estabelecimento de programas de sistemas de informação e vigilância continental. "É importante destacar que, desde de 1992, foi criada a Comissão Sul Americana de Luta contra a Febre Aftosa, fórum permanente constituído pelos diretores de saúde animal da região, permitindo coordenar as ações entre diferentes países", apontou Melo.

O diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, Ruy Vargas, disse que a avaliação de risco é uma grande ferramenta do processo de sanidade da cadeia produtiva da carne. Para isso, ele considerou necessárias provas científicas, processos e métodos de produção, sistema de inspeção, amostragem e existência de zonas livres e de programas de erradicação. "Estamos em busca da transparência e vamos fazer um elo entre a propriedade rural e o local onde o animal é transformado em alimento", declarou Vargas.

[Volta ao índice](#)

Pela Eradicação Total da Febre

O Brasil já tem 42% de seu território e 71 % do seu rebanho bovino livres da aftosa. A produção estimada para 2002 é de 7,1 milhões de toneladas de carne

Depois de 35 anos de luta organizada contra a febre aftosa, o Brasil tem muito para comemorar. Não há novos *focos* da doença no país há 13 meses e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento quer acabar com a febre aftosa em 2004, antecipando em um ano o prazo anterior estabelecido no Programa Nacional de Erradicação. Atualmente, o País tem 42% de seu território e 71 % do seu rebanho bovino e bubalino em zona livre de febre aftosa. Mas, o que é esta doença?

O diretor do Departamento de Defesa Animal do Ministério da Agricultura, João Cavallero, disse que a febre aftosa não é uma zoonose. “O vírus da aftosa causa febre alta nos bovinos, com o aparecimento de aftas na boca, mas não causa nada aos homens. As barreiras comerciais são impostas para a proteção dos rebanhos dos outros países”, ressalta.

Para o veterinário e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) especializado em Gado de Corte, Renato Andreotti, a febre aftosa é uma doença de caráter econômico e político, porque reduz a produção de carne e leite e prejudica as relações internacionais do mercado. “A febre aftosa é potencialmente uma zoonose, porque existem casos de transmissão da doença para humanos, mas é de baixo risco para o homem”, informa o veterinário.

A doença é causada por um vírus da família picornaviridae e ataca os animais de casco fendido (bovinos, caprinos, ovinos, suínos e bubalinos). Os sintomas são aftas na boca, nos cascos e nas tetas. Os animais não conseguem se alimentar, perdendo muito peso, e têm dificuldade de locomoção. “A mortalidade é baixa, em torno de 10%”, acrescenta Andreotti.

Regiões com suspeita de aftosa ficam à margem do mercado internacional e local. Como é altamente contagiosa, a doença pode se espalhar rapidamente por várias regiões, o que obriga a Defesa Sanitária interditar propriedades em um raio de 25 quilômetros do foco. Nessas circunstâncias, *como* medidas extremas, as autoridades lançam mão do sacrifício sanitário e da incineração das carcaças.

A área livre de febre aftosa *com* vacinação no Brasil é formada por 12 estados: Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Bahia, Sergipe, Goiás e Distrito Federal. O único estado brasileiro livre da doença sem vacinação é Santa Catarina, que ainda não conquistou o reconhecimento internacional. O número de *focos* de febre aftosa no país todo despencou de 1.232 em 1992 para 37, em 2001, e nenhum deles, obviamente, registrados nas áreas hoje consideradas livres.

No País são
126 milhões
de cabeças
de gado livre
da doença.

“O Brasil tem 126 milhões de cabeças de gado livres de febre *aftosa*, esclarece o diretor do Ministério, *João Cavallero*. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) estima que o número de cabeças do rebanho brasileiro chegue a 168,2 milhões no final deste *ano*. Isto significa que 74% do rebanho estão imunizados.

Cavallero disse que em 1992 o Ministério fez uma revisão da política estratégica para a erradicação da febre *aftosa*. Isso, quando se percebeu que a doença ficava em determinados espaços geográficos, diz ele. Agora, conforme o diretor, é dado maior enfoque às regiões Norte e Nordeste, que ainda não têm controle sobre a doença.

Além do risco da *aftosa*, a pecuária nordestina enfrenta também o bloqueio do comércio de animais e subprodutos para as regiões *consideradas* livres da doença. Tal bloqueio afeta, ainda, os animais de elite criados na região, que ficam impossibilitados de participar de feiras e exposições agropecuárias em áreas livres da doença.

[Volta ao índice](#)

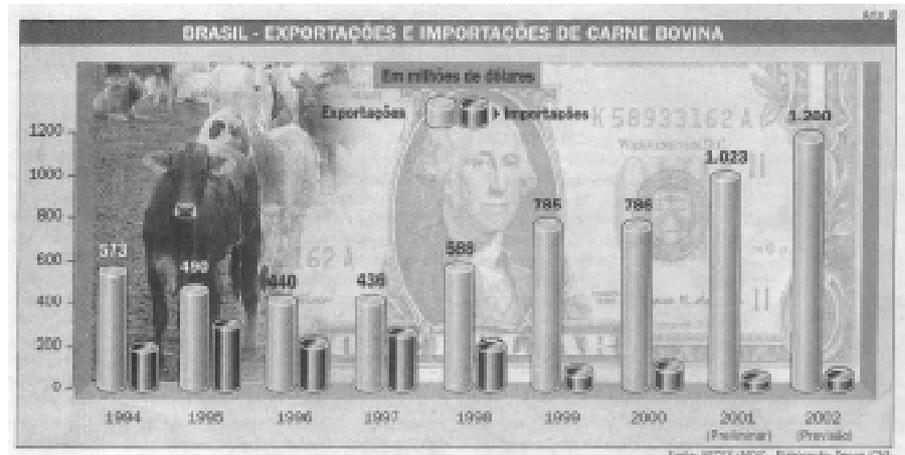
No Rio, uma zootecnia padrão

Há cinco anos não se registram novos focos

O Estado do Rio de Janeiro desempenha um papel de destaque na discussão sobre o combate à febre aftosa no país. Está entre os grandes produtores (São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo). Por isso, qualquer epidemia oriunda do Rio de Janeiro afetaria as regiões de grande produção. O Estado do Rio está há cinco anos sem a ocorrência de novos focos da doença.

Em parceria com o Ministério de Agricultura, Associação dos Criadores e Federação de Agricultura do Estado, o governo do Rio está realizando a segunda etapa de vacinação deste ano durante todo mês de setembro. A expectativa do secretário estadual de Agricultura, José Marcos Castilho, é atingir 97% do rebanho fluminense, estimado em 2 milhões de cabeças.” A idéia é de que em três anos possamos estar na zona livre de aftosa sem vacinação” diz Castilho.

Na campanha passada, em março, o Estado do Rio imunizou, 91 % ou 1,84 milhão de cabeças de gado. O rebanho fluminense possui um excelente padrão zootécnico. O Estado é fornecedor de matrizes, reprodutores, sêmen e embriões para criadores nacionais e para o exterior.



A um passo da validação internacional

A luta contra a febre aftosa no Brasil existe há pelo menos 35 anos.

Todo o trabalho de erradicação da febre aftosa no Brasil é feito pelo Governo Federal que precisa dispor de infraestrutura de defesa sanitária, postos de vigilância sanitária, cadastramento do rebanho e vacinação de no mínimo 90% do gado. Nas áreas que não registram nenhum caso da doença há pelo menos dois anos é feita uma amostragem do rebanho para ser examinada. Caso não seja detectada a presença do vírus, o governo interdita a área, impedindo a entrada de bovinos, e a declara livre de febre aftosa.

Já o reconhecimento internacional é conquistado depois da aprovação do processo pela Organização Internacional de Epizootias (OIE).

“O processo fica aberto a todos os países que fazem parte da OIE, que poderá aprová-lo se não houver problemas, concedendo a aceitação internacional. Há o reconhecimento de que o Brasil tem áreas livres de febre aftosa com vacinação, mas alguns mercados, como o japonês, só aceitam comprar carne de países 100% livres da doença”, diz o assessor técnico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Paulo Mustefaga.

O Circuito Pecuário Leste, integrado pelos Estados do Rio de Janeiro, parte de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Sergipe, além dos Estados de Tocantins e Mato Grosso do Sul, recebeu certificação internacional de zona livre de febre aftosa com vacinação em junho de 2001, durante a Assembléia Geral da OIE, em Paris.

O próximo passo do Brasil a caminho da erradicação da doença - prevista para 2004 - será então exigir o reconhecimento do estado de Santa Catarina como área livre de febre aftosa sem vacinação.

Em 1998, os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul representaram no país a primeira zona livre de febre aftosa com vacinação reconhecida pela OIE. Cerca de dois anos depois, no entanto, novos focos da doença foram registrados no Rio Grande do Sul e o estado foi excluído da área livre.

O secretário de defesa agropecuária do Ministério da Agricultura, Luiz Carlos Oliveira, informou que na próxima reunião da OIE, em novembro, o Brasil submeterá à organização a ampliação da área livre de febre aftosa com vacinação, reincorporando o Rio Grande do Sul. O Rio de Janeiro será a sede da reunião da OIE, que pela primeira vez será realizada fora de Paris.

“A aprovação da OIE é uma recomendação, servindo como referência, mas cada país se julga no direito de fazer sua própria análise”, ressaltou Oliveira.

A União Européia reconhece as áreas livres da febre aftosa e importa carne brasileira in natura. Agora, o Brasil está habilitado a exportar também para a China.

“As negociações com a China duraram cerca de três anos e faltam apenas os acordos comerciais para começarmos a exportação. A China reconhecia apenas países 100% livres da febre aftosa”, comemora Oliveira.

A luta contra a febre aftosa no Brasil, de forma organizada e oficial, vem se desenvolvendo há cerca de 35 anos. Como marco inicial das atividades, considera-se o ano de 1965 quando foi implantado no Estado do Rio Grande do Sul o Programa de Combate à Febre Aftosa, que nos anos seguintes foi estendido aos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás, Rio de Janeiro e Sergipe.

A pecuária bovina do Brasil é caracterizada pelo predomínio geográfico dos sistemas de produção e de comercialização dos animais.

[Volta ao índice](#)

Campo mais fértil para o crédito

Plano agrícola e agropecuário para 2002/03, de R\$ 2,5 bilhões

A partir da safra 2002/2003, 40% dos recursos da Caderneta de Poupança Rural obrigatoriamente aplicados na agricultura - e que até agora atendiam somente a produtores e cooperativas - passam a beneficiar também as agroindústrias, ficando a comercialização, o beneficiamento ou a industrialização de produtos de origem agropecuária ou de insumos utilizados na atividade. Estes financiamentos, que poderão atingir o montante de R\$ 2,5 bilhões, serão emprestados a taxas de juros livremente pactuadas entre as partes.

A estratégia básica do Governo para o Plano Agrícola e Pecuário do ano-safra 2002/2003 continua a ser, cada vez mais, ampliar e tornar mais eficientes as linhas de crédito de investimento para setores específicos, estimular o aumento da produtividade, dar mais competitividade para a agricultura e desenvolver novas ações de apoio à pecuária.

Para tanto, o montante de recursos destinados ao crédito de investimento a juros de 8,75 % ao ano, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi elevado para R\$ 2.830 milhões, que representa um acréscimo de 22,5% sobre os R\$ 2.310 milhões alocados no ano-agrícola anterior. Somando-se os recursos dos Fundos Constitucionais, Proger Rural e Finame Especial, serão destinados R\$ 4.630 milhões para investimento na agropecuária brasileira em 2002/2003.

A estratégia do governo é ampliar o crédito para setores específicos

Os financiamentos de investimento por intermédio do Finame Especial continuam à disposição dos beneficiários do crédito rural e também das empresas de armazenagem agrícola, frigoríficos e beneficiadoras de pescado, sementes e mel, entre outras. São financiáveis, entre outros itens: a aquisição, manutenção ou recuperação de máquinas, sistemas de irrigação, ordenhadeiras mecânicas, tanques de resfriamento e homogeneização de leite, implantação ou modernização de frigoríficos com atuação em âmbito municipal ou estadual.

O Governo aplicará R\$ 770 milhões, em 2002/2003, em novos programas de apoio a atividades e produtos estratégicos para a modernização e aumento da competitividade da agropecuária brasileira. Entre os novos programas, financiados com recursos do BNDES, está o de Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal. Este programa, que entrará em funcionamento a partir de 2003, visa financiar a reposição de animais abatidos por motivos sanitários. Serão destinados R\$ 30 milhões para a compra de matrizes bovinas.

Alguns programas lançados em safras anteriores sofrerão ajustes

Os recursos próprios dos Bancos Cooperativos e os provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) destinados a financiamentos agropecuários por intermédio do Proger Rural, serão direcionados, a partir desta safra, a um contingente maior de produtores. Passam a ser contemplados os produtores que detêm área de até 15 módulos fiscais e renda bruta anual de até R\$ 60 mil, em lugar dos limites anteriores, de 6 módulos fiscais e R\$ 48 mil de renda bruta. Serão destacados, para estes empréstimos, recursos superiores a R\$ 1 bilhão, para financiar operações de custeio e investimento.

Foi autorizada a utilização de cursos das exigibilidades bancárias para desconto de Notas Promissórias Rurais (NPR) e Duplicatas Rurais (DR) de suínos. Para frutas e camarão, que contavam com esse benefício apenas por um período do ano, as operações ficam autorizadas ao longo de todo o ano. No caso do leite e seus derivados, que contavam com esse benefício em caráter temporário, foi autorizada sua implementação em caráter permanente incluído o financiamento para a compra de Cédulas de ~Produto Rural (CPR).

Serão destinados ainda, nesta temporada, R\$ 2 bilhões para a continuação de programas de investimento específicos para regiões e atividades consideradas prioritárias nas safras anteriores, à taxa de juros de 8,75% ao ano. Para alguns dos programas lançados em safras anteriores, ocorrerão ajustes, para adequá-los às necessidades dos agricultores.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura terá seu limite de financiamento aumentado de R\$ 80 mil para R\$150 mil por beneficiário/ano e passará a amparar a todas as espécies cultivadas; o Programa de Armazenagem na Propriedade Rural (Proazen) também terá seu limite de financiamento aumentado de R\$100 mil para R\$ 300 mil por beneficiário/ano, para melhor atender aos produtores que desejam equipar suas propriedades para enfrentarem com mais eficiência o período de comercialização; os financiamentos do Programa de Incentivo à Modernização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite (Proleite) incluirão a construção de instalações para silagem.

Volta ao índice

Produtores têm recursos para setor de gado de corte.

Financiamento contempla mais produtores.

O limite de crédito pecuário para o setor de gado de corte do Plano Agrícola e Pecuário 2002/2003 é de quase R\$ 400 mil reais por pecuarista. O presidente do Fórum Nacional Permanente de Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) avalia esses recursos como um grande avanço para o setor que de 1986 a 2000 não era contemplado com nenhum recurso para aumentar a produtividade.

Os atuais recursos de limite de crédito são de custeio que é direcionado aos gastos dos pecuaristas com insumos, sais minerais, rações e remédios; de investimento pecuário que inclui gastos com infraestrutura de currais, além dos financiamentos do Propasto, um programa direcionado para gastos com adubo e pastagem.

Os recursos do Plano Agrícola e Pecuário abrangem um número cada vez maior de produtores, segundo Nogueira. "São quase 1 milhão de propriedades beneficiadas no Brasil todo com esses recursos. Em relação a todos esses avanços desde a década passada, pode-se dizer que, com as atuações do atual Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, existe um antes e um depois na história do setor pecuário brasileiro".

Entre os programas de financiamento, o presidente do Fórum destaca as expectativas em relação ao Propasto. "Devido às condições degradantes de pastagem desde a década de 80, o número de animais foi reduzido. A expectativa é que com implantação desse programa a qualidade do pasto seja recuperada. Dessa forma a tendência é de que o rebanho aumente, sem que seja necessária a ampliação de área de criação".

No Brasil, hoje, a média é de um animal por hectare, mas, conforme as estimativas da CNA, é possível, em breve, chegar-se a dois animais pelo mesmo espaço de terra.

Apesar dos avanços, Nogueira afirma que algumas áreas da pecuária ainda precisam ser atendidas pelo Governo. É o caso de um programa de financiamento para as matrizes reprodutoras, bem como de incentivo de troca de animais reprodutores. De acordo com Nogueira, recursos direcionados à melhoria genética ainda são escassos e poderiam propiciar aumento de qualidade dos rebanhos futuros bem como aumento na produção de leite.

**Apesar
do avanço,
algumas áreas
da pecuária
precisam ser
atendidas.**

Ao lado da indústria nacional do couro, o Fórum Nacional Permanente de Pecuária de Corte solicitou ainda ao governo um estudo para o financiamento de estocagem do couro. Os pecuaristas perdem em torno de 3 milhões de unidades de pele de couro que são jogadas fora devido ao mau aproveitamento do produto: “São quase R\$400 milhões jogados fora. O pecuarista deixa de ser remunerado pela indústria e pelos frigoríficos. O produtor precisa ter incentivo para tratar adequadamente do couro. Esse segmento está em fase de valorização. A Itália, por exemplo, é um grande comprador para confecção de estofados”, analisa Nogueira.

[Volta ao índice](#)

Pecuária leiteira têm mercado, mas falta preço

Setor teme estagnação depois de crescer 9,6% ano passado

A pecuária leiteira passa por um período delicado. Não falta mercado externo, tanto que as exportações de leite subiram 218 % neste primeiro semestre do ano, nem falta demanda de consumo interno. O maior entrave para o setor, de acordo com o presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, Rodrigo Alvim, são os baixos preços que a indústria de lácteos quer pagar pelo produto. Em relação à demanda interna, a última pesquisa da consultoria Nielsen, mostra que o consumo de leite longa vida cresceu 19% e o de leite em pó, 13,7% para citar alguns exemplos. De acordo com Alvim, está sendo suprido pela indústria com o leite importado.

A saída, para muitos produtores, é vender suas matrizes, iniciando assim um ciclo que desestabiliza o negócio. Os produtores de leite aguardam do governo a inclusão do setor na Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM). A intenção é que dessa forma os produtores de gado de leite tenham direito a receber diretamente o Empréstimo do Governo Federal (EGF). Alvim afirma ainda que outra expectativa do setor é que os recursos para a linha de crédito de retenção de matrizes também seja aportado.

- O setor passa por uma crise desde o segundo semestre do ano passado. Os produtores fizeram o dever de casa, aumentando escala e comercializando o produto ao preço dos mercados internacionais como a indústria de laticínios pedia desde o início dos anos 90. Agora a indústria não paga e a produção, que cresceu 9,6% no meio do ano passado em comparação igual período de 2000, entra em fase de estagnação este ano por falta de estímulo. É fundamental que o governo crie uma base de preço para a recuperação do setor que tem comprador no mercado externo - diz Alvim.

Volta ao índice

Fim das barreiras para exportação

A visita de uma comissão do Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) ao Brasil no final de outubro será um marco na história de exportação de carne in natura brasileira. Representantes do bloco comercial têm a missão de inspecionar a produção, como passo final das negociações com os Estados Unidos. A entrada do Brasil no Nafta, que inclui também México e Canadá, abrirá as portas de mercados exigentes para a exportação de carne brasileira.

“Há grandes perspectivas de que Brasil consiga exportar para Coréia, Japão (que só aceita comprar carne de países 100% livres da febre aftosa) assim que entrar no Nafta, que é uma grande referência. A comissão do bloco comercial virá ao País para visitar os frigoríficos e verificar o sistema brasileiro de inspeção sanitária, para que então possam liberar as importações”, informa o assessor técnico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Paulo Mustefaga.

Para o diretor da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABtz), João Machado Prata Júnior, a maior dificuldade para a exportação de carne atualmente são as barreiras sanitárias. “O Brasil tem competitividade se o mercado for livre, o que atrapalha são os subsídios”, contesta.

Prata Júnior disse que os custos de produção de carne do Brasil são sensivelmente menores do que os dos outros países e tornaram-se ainda mais competitivos após a desvalorização do real, em janeiro de 1999. O custo da produção brasileira é 40% mais baixa que o da Austrália (maior exportador mundial) e é apenas um terço do custo da Irlanda.

“O que nos proporciona esse desempenho é uma união francamente favorável de recursos naturais e genéticos, baseada na produção a pasto com zebuínos adaptados e produtivos” explica Prata Júnior.

O Brasil já exporta carne industrializada para os Estados Unidos e está há três anos tentando incluir a carne in natura na relação comercial com os americanos. O foco de febre aftosa registrado em 2001 no Rio Grande do Sul suspendeu as negociações, que foram retomadas no início deste ano. “Os Estados Unidos já erradicaram a aftosa há cerca de 70 anos e, desde então, não importam carne in natura do Brasil. Hoje, aproximadamente 80% do rebanho bovino brasileiro estão livres da doença, com vacinação”, disse o assessor da CNA.

Mustefaga explicou que a carne industrializada não transmite a aftosa, por ser cozida e enlatada, mas não é consumida em todos os lugares. Os principais mercados para a carne enlatada são Estados Unidos e Reino Unido. "O filé do mercado exportador é a carne in natura", classificou.

Cerca de 50% das exportações de carne in natura brasileira são feitas para os países da União Européia. O Chile também é um grande mercado; em 2001 as exportações de carne para este país somaram US\$ 90 milhões. Em menor proporção, o Brasil também exporta para países da África e Oriente Médio.

A carne in natura que o Brasil exporta para a União Européia é oriunda das áreas livres da febre aftosa. Essa carne ainda é desossada, porque o osso dos bovinos transmite o vírus da doença, e passa por um processo de maturação que elimina a possibilidade de contaminação. Cientificamente falando, não existe a possibilidade de transmissão da febre aftosa para a União Européia", assegura Mustefaga.

Além das restrições sanitárias, Mustefaga disse que as principais barreiras impostas à exportação de carne brasileira são as comerciais e as tarifárias." Embora exporte para a UE, o Brasil sofre muitos entraves: impostos de importação e cotas (limitação do volume exportado)", aponta.

O assessor da CNA informou que há dois tipos de cota para a União Européia: a cota Hilton, com imposto de importação de 20% sobre o valor exportado e limite de 5 mil toneladas por ano, e a cota Gatt, de acesso mínimo aos mercados internos. Esta cota foi formulada com base no acordo Gatt, que criou a Organização Mundial do Comércio (OMC) no final de 1994.

"A cota Gatt tem um imposto de importação muito alto, que varia de acordo com o tipo de carne, e a cota é definida anualmente pela UE, geralmente em torno de 50 mil toneladas/ano. O imposto desta cota chega a: representar mais de 100% do valor da exportação. Se o Brasil exporta, é economicamente viável, mas este mecanismo não tem transparência", ressalta Mustefaga.

No âmbito das negociações em curso entre o Mercosul e a União Européia para a abertura comercial entre os blocos, Mustefaga disse que uma das imposições do Brasil seria a eliminação das cotas de exportação, como para a carne bovina.

Os indicadores econômicos da pecuária de corte brasileira têm apresentado melhorias consideráveis nos últimos anos. De 1997 a 2002, o rebanho bovino brasileiro cresceu a uma taxa razoável, enquanto as taxas de crescimento de outros países, importantes produtores de carne, mostram uma tendência mundial de redução do rebanho, segundo dados da ABCZ. Esse fato é explicado pelo

crescimento industrial daqueles países associado à reduzida área de crescimento disponível para a atividade.

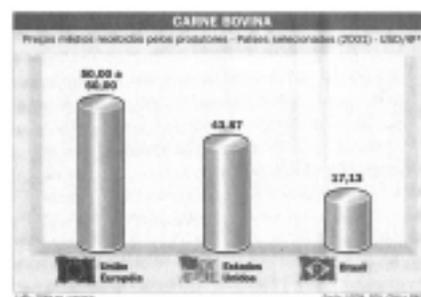
A produção de carne passou de 5,8 milhões de toneladas em 1997 para aproximadamente 7 milhões em 2001 e com firme tendência de aumento em 2002. As exportações brasileiras de carne também podem ser destacadas, já que apresentaram um salto de 286,7 mil toneladas em 1997 para as 858,3 mil toneladas exportadas em 2001.

A estrutura fundiária do rebanho brasileiro tem números impressionantes: são mais de 2 milhões de propriedades rurais, estruturadas em rebanhos bem administrados, com uma mão-de-obra vocacional e disponível, difícil de ser encontrada em outros países com tal extensão numérica.

IO rebanho de 163 milhões de cabeças ocupa uma área de 225 milhões de hectares e o país possui uma capacidade natural de acomodar uma população bovina ainda três vezes maior, tendo em vista seus vastos recursos naturais.

O setor gera uma enorme demanda de mão-de-obra, sustentando 7,2 milhões de empregos diretos, sem contarmos aqueles indiretos que são gerados pelos 112 mil estabelecimentos de venda de carne, 110 frigoríficos e 750 indústrias de carnes e derivados.

O Brasil Central Pecuário compreende 120 milhões de cabeças, acentuadamente zebuínas, dadas suas condições naturais de região tropical. Somada a essa concentração natural de bovinos, essa região foi reconhecida como área livre de febre aftosa com vacinação pela Organização Internacional de Epizootias (OIE), o que credencia todo esse extenso rebanho a ingressar com produtos seguros no mercado mundial. Foram investidos, em uma década, mais de US\$ 1,5 bilhão para a erradicação da doença na região.



Brasil	0,89
Nova Zelândia	1,23
Argentina	1,30
Austrália	1,60
Estados Unidos	1,80
Irlanda	2,90

Todos os custos (com exceção do Brasil) foram transformados de US\$/kg peso acabado (peso vivo) para US\$/kg carcaça, usando-se como parâmetro o peso da carcaça igual a 60% do peso acabado.
 **Custos de produção e processamento. Não inclui custos de transportes.

Fonte: USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, Relatório Internacional - 1999, Anuário da Pecuária Brasileira (1999), Instituto de Equipe Macdonney Consultores.

Pratini inaugura laboratório da Embrapa

A ‘Empresa ‘Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), consolida cada vez mais a sua posição de maior complexo científico e tecnológico do setor na América Latina. O ministro Marcus Vinicius Pratini de Moraes inaugurou, na última segunda-feira, os novos laboratórios da Embrapa Agroindústria de Alimentos, em Guaratiba (RJ).

Com um investimento de R\$ 1,2 milhão, os laboratórios vão permitir que a empresa faça pesquisas em segurança alimentar de organismos geneticamente modificados e, atenda à demanda por serviços de análises da indústria de alimentos e bebidas.

“Com esses novos laboratórios, a Embrapa equipara-se às empresas mais modernas do setor em todo o mundo, “explica o ministro” . A partir de agora a empresa terá condições de fazer análises sobre segurança alimentar, uma exigência cada vez maior dos consumidores brasileiros e do mercado internacional”. Além da qualidade dos produtos agropecuários, o país terá tecnologia para desenvolver pesquisas sobre sanidade alimentar.

Os laboratórios da Embrapa foram construídos a partir de normas de qualidade ISO 17025 e vão atender os projetos de Avaliação de Segurança Alimentar e Ambiental de Plantas Geneticamente Modificadas Desde 1998, a Embrapa Agroindústria de Alimentos vem desenvolvendo esforços para a implantação de Boas Práticas de Laboratório (BPL) e das diretrizes ISO, que inclui treinamento de pessoal, cuidados com tratamentos de efluentes e descarte de resíduos, além da documentação de procedimentos operacionais.

O Ministro da Agricultura disse que, até o final do ano, quer concluir também o laboratório que está sendo construído em Duque de Caxias, de alta segurança para a manipulação de vírus da febre aftosa desconhecidos no Brasil. Precisamos analisar os vírus da aftosa que foram detectados no Brasil e os outros vírus que possam vir a infectar o gado brasileiro”, diz o ministro. “Assim, o ministério terá laboratórios para duas áreas, a de alimentos e a de animais”, reforçou.

[Volta ao índice](#)

Inseminação artificial em alta

O gerente de corte europeu da consultoria ABS Pecplan, Vasco Beheregarah, afirma que a técnica de inseminação artificial no processo de melhoramento genético vem crescendo de 8% a 10% ao ano. O Brasil, segundo ele, é mercado ascendente na busca por melhor qualidade final do produto. Prova disso é a presença de todas as grandes empresas mundiais de genética no País, que comporta o maior rebanho comercial do mundo. "Cada vez mais o mercado está se voltando por optar em animais testados dentro de uma tendência genética", diz Beheregarah.

Nos últimos dez anos, todas as raças existentes no Brasil vem sendo testadas. As provas, antes baseadas em observações visuais, hoje, são feitas a partir de avaliações genéticas mais objetivas, com dados quantificados em programas de computador. Sistema de avaliação como o DEP (Diferença Esperada na Progenie), permitem acompanhar o desempenho esperado da próxima geração de um determinado reprodutor, em relação ao desempenho que se pretende dos futuros filhos de outro reprodutor, desde que acasalados com animais comparáveis. Essa técnica reduz as incertezas na tomada de decisões.

[Volta ao índice](#)

A busca pelo capim milagroso

A pecuária brasileira é fundamentada em pastagens. Não é a toa que a principal preocupação dos pecuaristas, de acordo com a pesquisadora de gado de corte da Embrapa, Valéria Pacheco Batista, sempre foi a busca pelo capim milagroso. Exemplo disso foi a plantação de Norte a Sul do País da *Brachiaria decumbens*, trazida da Austrália, na década de 70. Essa pastagem triplicou o cerrado, mas logo veio o problema da monocultura e de uma praga chamada ciganinha que dizimou muitas áreas de pasto. Assim, na década de 80, os programas de seleção e melhora de plantas forrageiras, principalmente com a importação de gramíneas da África, foi amplamente difundido.

A Embrapa também desenvolveu estudos para capins mais resistentes. Uma das grandes vantagens dessa pesquisa foi a redução da idade de abate do gado de cinco para três anos e meio.

Na década de 90 o trabalho mais intenso. “A Idéia foi mostrar que não existe a planta milagrosa e que os bons resultados dependem, em parte, da adubação das pastagens”, diz Valéria. Como durante muito tempo as pastagens foram tratadas como monocultura, mais de 50% foram degradadas.

Mas o grande limitantes das pastagens é a falta de água. No período que vai de maio a outubro, o capim para de crescer. “Nessas condições, a utilização de estratégia de suplementação alimentar é fundamental”, explica a pesquisadora.

[Volta ao índice](#)

Um boi suculento e comercial

O abate precoce é também uma forma de levar ao consumo uma carne mais macia. Mas, de acordo com o Pesquisador de Nutrição de Ruminantes da Embrapa, Sergio Raposo de Medeiros, ainda é difícil definir a preferência do consumidor brasileiro quando o assunto é carne bovina. Segundo ele, do ponto de vista da eficiência, quanto menos gordura depositada, mais fácil fazer com um animal ganhe peso. No entanto, do ponto de vista da qualidade, quanto mais gordurosa, mais saborosa e suculenta será a carne. “A realidade é simples: busca-se eficiência produzindo-se com o mínimo de alimento, o que vai contra o conceito de qualidade”, explica. “Estamos estudando um balanço entre esses dois fatores para se chegar ao ideal”. Ocorre que é o aumento de porcentual de gordura no ganho de peso que aumenta o teor de gordura do animal como um todo e promove o acabamento, necessário para a comercialização. “O ideal é terminar o animal com o mínimo de gordura de acabamento que o mercado exige”, pondera o pesquisador.

Acabamento é o fator que está relacionado com peso, para uma mesma raça. Um animal de uma raça de menor estrutura corporal pode ser mais leve, porém mais acabada que outra raça maior que será mais pesada, mas menos acabada. Segundo, Raposo, os conceitos de gordura começam a ser revistos pelos especialistas, na contramão de uma tendência mundial de se evitar a carne bovina devido ao colesterol. “Já se estuda o melhoramento tendo em vista a gordura diferenciada”, diz ele. “É possível tomar a composição da gordura animal mais saudável”.

[Volta ao índice](#)

A pecuária em evolução

Desde a última década, a pecuária bovina, principalmente de corte, passa por um processo acelerado de evolução. "Tivemos mudanças fortes na pecuária no início da década de 90, antes do foco da febre aftosa, principalmente de modernização por medidas estruturais no País", diz Vicente Ferraz, da área agropecuária da FNP Consultoria. Até meados da década de 1980, de acordo com o consultor, a produtividade estava mais ligada à valorização das terras. "A pecuária foi a ponta de lança para expansão de terras, mas com o tempo essa mentalidade começou a declinar" diz ele. "Vieram as preocupações ecológicas com a terra e, com isso, o governo foi deixando de oferecer infraestrutura".

A consequência foi o estreitamento de margem e a necessidade de o produtor começar a ganhar com eficiência produtiva para manter os rendimentos. O consultor também destaca o ganho obtido nas áreas sanitária e nutricional. "Antigamente, tínhamos o boi sanfona que engordava na época das águas e emagrecia na seca" diz ele. Outra diferença, antes da preocupação nutricional, segundo Ferraz, era o maior tempo para o abate: cinco anos, sobretudo na década de 70. A média de idade para o abate hoje é de três anos, mas, em alguns ani- mais, o "acabamento" (época em que o animal está pronto para ser comercializado) pode acontecer aos 24 meses.

Segundo o consultor, nas últimas décadas ocorreram mudanças comportamentais importantes, como a difusão da idéia de carne de frango é mais saudável, que reduziram o consumo de carne bovina." O aumento do consumo de carne de frango, sobretudo, também está associado à venda de pratos pré-preparados com a tendência de as pessoas, irem cada vez menos à cozinha". Quanto ao consumo de carne suína, Ferraz considera que a noção de que se trata de um alimento menos saudável vem mudando, bem como os hábitos alimentares, o que faz com que, aos poucos, seu consumo aumente em função da queda nos preços.

A ENGORDA DOS LUCROS									
	L			IMPORTADO			TOTAL GERAL		
	Vendas	Part %	Evol %	Vendas	Part %	Evol %	Vendas	Part %	Evol %
1991	1.044.051	88,12%		160.000	11,88%		1.204.051		
1992	1.132.967	88,77%	-10,45%	143.267	11,23%	-20,70%	1.276.234		-16,08%
1993	1.024.025	87,18%	-9,62%	150.856	12,84%	5,28%	1.174.881		-7,44%
1994	1.207.448	89,84%	34,31%	155.749	10,16%	3,24%	1.363.197		30,52%
1995	1.268.504	89,62%	-1,30%	157.478	10,38%	1,11%	1.425.982		-1,00%
1996	1.515.177	85,30%	11,40%	261.149	14,70%	65,03%	1.776.326		17,10%
1997	1.731.683	89,09%	14,20%	212.032	10,91%	-18,01%	1.943.715		9,42%
1998	1.487.825	83,03%	-15,24%	180.029	10,97%	-14,67%	1.667.854		-15,10%
1999	2.280.054	88,33%	55,34%	361.019	13,67%	66,54%	2.641.073		60,19%
2000	1.906.221	81,15%	-16,40%	442.800	18,85%	22,65%	2.349.021		-11,00%
2001	2.080.888	80,04%	9,12%	517.582	19,96%	16,98%	2.598.470		10,58%
2002	2.108.245	80,55%	1,26%	509.094	19,45%	-1,66%	2.617.339		0,70%
2003	2.597.933	79,21%	23,20%	723.687	21,79%	42,15%	3.321.620		28,01%
2004	2.586.457	70,43%	-1,01%	1.077.431	29,57%	48,50%	3.663.888		9,71%
2005	2.797.063	66,93%	8,96%	1.383.868	33,10%	28,48%	4.180.931		14,24%
2006	2.288.672	55,50%	-18,18%	1.834.770	44,50%	32,58%	4.123.442		-1,28%
2007	2.778.452	53,97%	21,44%	2.371.053	46,03%	28,22%	5.149.505		24,91%
2008	3.079.060	52,27%	10,78%	2.813.909	47,73%	18,88%	5.892.969		14,41%
2009	2.978.310	50,50%	-3,24%	2.888.933	48,48%	-8,07%	5.867.243		-5,31%
2010	3.293.910	57,03%	10,98%	2.476.438	42,97%	-4,25%	5.770.348		-1,63%
2011	4.968.962	66,51%	38,71%	2.301.528	30,49%	-7,24%	7.270.490		39,28%

Fonte: Associação Brasileira de Fracçãoamento Animal (Abfra)

De olho no mercado externo

Desde 1998 o Brasil vem mantendo uma boa performance na produção de carne bovina que, este ano, segundo estimativas da Confederação da Agricultura e Pecuária ao Brasil (CNA), deverá crescer 3,6%. Para este ano são previstas 7,15 milhões de toneladas para 6,9 milhões de 2001. Os pecuaristas, por sua vez, estão se preparando para atender à demanda externa, que vem aumentando. O ano passado foi atípico, o crescimento de 30% nas exportações brasileiras foi provocado pelos problemas de vaca louca na Europa e de aftosa na Argentina”, diz o assessor técnico da CNA, Paulo Mustefaga. “Além disso, países da África e da Ásia também passaram a comprar do Brasil” .

O ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento considera equivocado atribuir o crescimento exclusivamente aos problemas de outros países produtores, já que a Austrália, grande concorrente, não enfrentou quaisquer restrições desta ordem também foi marcada pelo aumento da exportação de frango. Tanto que, no consumo interno, a venda de carne bovina tem se mantido estável ao longo dos anos, enquanto que a de aves vem ganhando espaço. O brasileiro consome per capita cerca de 34 quilos de carne bovina ao ano para 32 quilos de ave e 11,1 quilos de carne suína. Em 2001, o Brasil exportou 503 mil toneladas de carne (858,3 mil considerando o equivalente carcaça), o dobro em carne de ave (1,33 milhões).

As 250 mil toneladas de carne suína exportadas em 2001 foram recorde, conquistado, em grande parte com as vendas para a Rússia, responsável por 57,3 % dos volumes embarcados. A expectativa da Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS) é de um crescimento de 20% em relação ao ano anterior. Em agosto, a despeito da queda de 5% em relação ao mês anterior, o saldo foi de US\$2,093 bilhões a terceira melhor marca dos últimos cinco anos, conforme dados do ministério.

No quesito carnes, como um todo, a receita de exportações registrou queda de 3,6% em relação a agosto do ano passado. No entanto, o volume exportado cresceu 23,4% em relação a igual mês de 2001. A carne bovina in natura teve queda de 28% em seus preços, devido à redução nos preços internacionais, agravada pela diminuição do consumo mundial de carne vermelha.

Volta ao índice

Melhoramento genético

Resolvidos os problemas de alimentação e saúde dos animais, o melhoramento genético aparece como a principal ferramenta para o aumento da eficiência da produção e da competitividade da indústria pecuária bovina. No entanto, no Brasil, em função das características próprias dos sistemas de produção de gado de corte, da diversidade de ambientes, complexidade de controle, a aplicação de tecnologia para o setor ainda não está nos mesmos níveis de desenvolvimento dos segmentos de carne suína e de frango.

O pesquisador da Embrapa, doutor em Ciências, com especialização em Genética, Antonio Rosa, explica que a adoção, da raça melhor adaptada ao meio ambiente, com a prática contínua de seleção e dos planos de acasalamento, é uma das alternativas para o criador implantar o seu sistema de produção. Ele ressalta que o trabalho de melhoramento deve ser considerado uma ferramenta prática contínua nos rebanhos. "A seleção é a opção de menores custos", diz Rosa.

Segundo ele, em função da adaptabilidade dos animais, não se verifica a necessidade de investimento em instalações sofisticadas e pouco se temia despendido em tratamentos extraordinários relativos a alimentação e ao manejo sanitário e reprodutivo dos animais. "No entanto, embora consiga-se menores custos de produção, a qualidade do produto pode demandar novas estratégias de criação e de seleção", explica o pesquisador.

Os colonizadores trouxeram para o País animais de raças criadas, em Portugal e na Espanha, da espécie *Bos taurus*. A característica principal deste gado, tendo evoluído em ambiente de clima temperado e sido objeto de seleção por longo período de tempo, é a produtividade e qualidade da carne, especialmente no que se refere a maciez. "Em contrapartida são mais sensíveis e exigentes em termos de clima, saúde e alimentação", observa o pesquisador.

Para se adaptar ao novo meio estes animais tiveram tamanho e taxa metabólica reduzidos, diminuindo também sua produtividade. O gado bovino da época colonial formou-se diversas raças denominadas crioulas tais como o Caracu e o Franqueiro, no Sudeste, o Pantaneiro, no Mato Grosso do Sul, e o Caldeano, no Sul e o Curraleiro, no Nordeste, entre outras.

Origem indiana - No final do século XIX os criadores brasileiros descobriram o zebu, gado de origem indiana, tendo iniciado a importação destes animais para o Brasil. O zebu, da espécie *Bos indicus*, apresenta uma musculatura característica, sobre sua cernelha, de

nominada cupim ou giba, e, ao contrário do gado europeu, evoluiu nos climas tropicais da Índia e do Paquistão. No novo ambiente a adaptação do zebu foi fácil. Depois de 100 anos, para uma população estimada em 166,8 milhões de cabeças, cerca de 133,4 milhões são da raça zebuínas, dos quais 100 milhões da raça nelore. Registra-se que foram importados, desde o início, mais de 300 mil animais das raças européias em contrapartida a pouco mais de 6 mil, das raças zebuínas, até a última importação oficial realizada em 1962. "Por outro lado, até hoje, o Brasil importa animais, sêmen e embriões das raças européias", explica Rosa.

Atualmente, no Brasil, a concentração maior é de raças de origem européia (Boa taurus) e compostas (Bos taurus x Bos indicus) no sul, principalmente, e em partes do Sudeste e Centro-Oeste. Entre as principais raças de origem européia e compostas, criadas nestas regiões, estão o Angus (preto e vermelho), Hereford, Charolês, Devon, Simental, Brangus, Limousin, Canchim, Caracu, Braford, Santa Gertrudis, Pardo Suíço Corte, Simbrasil, Blonde e Montana Tropical.

Nas demais regiões brasileiras predominam as raças zebuínas e produtos de cruzamentos entre estas raças e as de origem européia.

Entre as zebuínas, as principais são Nelore, Gir, Guzerá, Indubrasil, Tabapuã e, mais recentemente introduzidas no Brasil, a raça Brahman, de origem americana. Segundo Rosa, atendo-se ao rebanho zebuino de gado de corte estima-se que haja cerca de 43,7 milhões de vacas para monta natural, excluindo-se cerca de 2,5 milhões que são inseminadas artificialmente, a cada ano. "Sendo conservador, considerando a relação touro-vaca de um para 40, em média, e uma reposição anual de 20% dos touros, seriam necessários cerca de 220 mil touros ao ano para o atendimento deste rebanho de fêmeas", calcula o pesquisador do Embrapa.

Reprodutores - Nos ambientes de seleção, que tem cerca de 600 mil matrizes (380 mil em rebanhos filiados a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu ABCZ e 220 mil de programas independentes de melhoramento animal), a produção de machos candidatos a futuros reprodutores chega a cerca de 200 mil animais. Levando-se em consideração, por outro lado, que apenas animais superiores deveriam ser utilizados como reprodutores, haveria um déficit de cerca de 120 mil touros por ano. "Como se admite que todo o rebanho de fêmeas esteja sendo servido por touros, já que nosso rebanho geral se encontra em crescimento, fica compreensível concluir que boa parte destes touros não deveriam estar sendo usados com tais já que não servem para melhorar a raça", acrescenta Rosa.

Em relação às atividades que a Embrapa desenvolve para o melhoramento genético, o pesquisador explica que em primeiro lugar está sempre o processamento das avaliações genéticas das raças zebuínas, que em convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a ABCZ, são lançadas nos "Sumários de Touros". Este trabalho vem sendo feito desde 1984. Na última avaliação,

lançada este ano, estão avaliados cerca de 24 mil touros, tendo-se trabalhado informações de mais de 1,6 milhões de animais.

Ganho genético - Em geral, neste tipo de avaliação genética, quanto maior o número de informações sobre o animal, filhos, ascendentes e colaterais, com dados de desempenho, maior a precisão da avaliação do reprodutor. Para obter estes níveis elevados de precisão, no entanto, leva-se de dez a 12 anos de pesquisas. Por este motivo, a Embrapa Gado de Corte lançou, em 1990, a idéia da avaliação de touros jovens (ATJ) de modo a confirmar o potencial destes touros jovens e incentivar sua utilização.

O benefício deste programa é, em primeiro lugar, reduzir o intervalo entre gerações, aumentando o ganho genético anual, e, em seguida, aumentar a variabilidade genética da população, proporcionando mais oportunidades de seleção. Até o final do ano passado, completou-se a avaliação de 194 touros jovens, tendo-se contado com a participação das principais centrais de inseminação do país: ABS-Pecplan, Central VR, Cianb, Jóia da Índia, Lagoa da Serra, Nova Índia, Sembra, Tairana, Transêmen e Yakult.

Desde 1996, a Embrapa e a Fundação de Apoio a Pesquisa Agropecuária e Ambiental (FUNDAPAM), estão desenvolvendo o projeto Geneplus, um software de melhoramento genético para assessoria técnica personalizada aos criadores. O programa já conta com a participação de criadores de várias regiões do país, envolvendo cerca de 100.000 matrizes.

Outra atividade da Embrapa é o manejo do rebanho Nelore PO. Este projeto, segundo Rosa, tem proporcionado, além do melhoramento genético, economia de recursos uma vez que a Embrapa Gado de Corte passou a produzir seus próprios reprodutores. Assim, é possível também atender a solicitações de outras unidades da Embrapa e proporcionar a venda de animais descartados da reprodução. “No momento o rebanho é muito pequeno, cerca de 100 matrizes, embora tenhamos planos para expandi-lo para pelo menos 200 matrizes”, diz o pesquisador. “O objetivo deste projeto, em suma, é servir de oportunidade para transferência de tecnologia, no atendimento de visitas e realização de palestras e dias-de-campo para criadores, técnicos e pesquisadores, em geral, e captação de recursos”.

Volta ao índice

BALANÇO DA PECUÁRIA BOVÍDEA DE CORTE 1997 A 2002						
	1997	1998	1999	2000	2001*	2002**
Rebanho Bovinho (milhões)	155,0	157,0	160,7	163,2	165,7	168,2
Taxa de Abate	18,77%	19,24%	19,50%	19,93%	20,22%	20,52%
Abate (milhões)	29,1	30,2	31,3	32,5	33,5	34,5
Produção/carne (mil ton. eq. carc.) ¹	5.820,0	6.040,0	6.270,0	6.650,0	6.900,0	7.150,0
Consumo per capita (kg eq. carc.)	35,7	35,5	34,8	36,3	35,2	35,3
Consumo interno (mil ton. eq. carc.)	5.709,9	5.797,4	5.793,3	6.158,0	6.091,0	6.210,0
Exportação (mil ton. equiv. carcaça)	286,7	377,6	559,9	591,9	858,3	1.000,0
Importação (mil ton. equiv. carcaça)	176,6	135,1	83,2	99,9	49,3	60,0
Exportação (US\$ milhões)	436,0	588,5	784,7	786,3	1.022,5	1.200,0
Importação (US\$ milhões)	272,8	220,0	98,9	128,3	64,9	70,0

Fonte dos dados básicos: SRF/ME, SECEX/MDIC, M.A., EMBRAPA, IBGE, Sec. Estaduais de Agricultura.

Elaboração: Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da CNA.

Obs.: *Preliminar; **Provisão; ¹ Em mil toneladas em equivalente carcaça.

Rebanho: 1996 - Sec. Estaduais de Agr.; 1997 a 1999 e 2002 - Estimativa

Volta ao índice

Entrevista / Pratini de Moraes

A luta contra o protecionismo

- Quais as ações programadas pelo governo federal para possibilitar a antecipação da meta de erradicação da febre aftosa para 2004?

- Temos três programas, nos quais estamos fortalecendo a infraestrutura tecnológica do Ministério e da Embrapa, que é a questão da qualidade dos alimentos, controle dos organismos geneticamente modificados e a qualidade do leite. Paralelamente, estamos melhorando as nossas condições de controle da febre aftosa. O Ministério está tecnicamente preparado para antecipar a erradicação, mas ainda é preciso fortalecer a infraestrutura de vigilância sanitária nos estados.

- O senhor poderia citar alguns projetos?

- Entre as ações de apoio previstas, vamos assinar, ainda este ano, um convênio com a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) para construção de um laboratório de biossegurança em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. O governo federal irá investir cerca de US\$ 1,5 milhão na construção e montagem do laboratório, que permitirá ao Brasil manipular o vírus da febre aftosa. Também estamos concluindo a construção de outro laboratório de biossegurança, localizado em Pedro Leopoldo, Minas Gerais, no qual foram investidos cerca de R\$14 milhões. Com isso, o Brasil pode se tomar referência na América Latina no que se refere ao controle do vírus. Na área de melhoria de laboratórios, temos vários projetos. O outro é na área do leite. Nós estamos equipando oito laboratórios do próprio ministério e de universidades para fazer o controle de qualidade do leite. Visamos reduzir o número de colônias formadoras de bactéria e também controlar o número de células somáticas, que são a escamação da teta da vaca.

- Quanto será demandado de investimentos para a antecipação da meta de erradicação?

- Ainda este ano, estamos alocando R\$ 50 milhões para os estados, além do que o ministério gasta, para fortalecer a vigilância sanitária. Para o próximo ano, o governo federal deverá disponibilizar outros R\$ 60 milhões adicionais aos governos estaduais para fortalecimento da vigilância sanitária, principalmente no controle de trânsito de animais.

- Como está o controle da febre aftosa no País atualmente?

-A obediência ao calendário de vacinação elaborado pelo Ministério da Agricultura está sendo fundamental para o sucesso do Programa de Erradicação da Febre Aftosa. E a maior demonstração de que o programa está indo bem é que há mais de um ano não há registro da doença em todo o território nacional. Devemos prosseguir com o mesmo rigor até que todo País esteja livre da doença até 2004, o que será

fundamental para ampliar as exportações de carnes, pois teremos o aval sanitário da OIE (Organização Internacional de Epizootias). Mas a idéia de declaração de zona livre de febre aftosa está condicionada a que os países limítrofes também estejam livres da doença. Por isso, trabalhamos também para fortalecer o Centro Pan-americano de Febre Aftosa (Panaftosa), visando o controle da doença em toda a América do Sul.

- A próxima reunião da OIE (Organização Internacional de Epizootias) será realizada no Brasil. Isso pode ser considerada uma forma de premiação do Brasil pela luta contra a febre aftosa?

- Será no Brasil a próxima reunião do comitê veterinário da OIE. Eu diria que isso é o reconhecimento da OIE pelo grande esforço que o Brasil vem demonstrando na melhoria das condições sanitárias de todo o seu rebanho. O trabalho que estamos fazendo para a erradicação da febre aftosa e em relação ao episódio da vaca louca, no sentido de controle, e agora da rastreabilidade, nenhum país do mundo com a dimensão do nosso tem condições de fazer.

- A visita de uma comissão do Nafta ao Brasil no final de outubro pode ser considerado o último, passo para o início das exportações de carne in natura para os Estados Unidos?

- Nunca sabemos se este é o passo final, porque ainda há muitas outras etapas burocráticas a vencer com os Estados Unidos, mas, sem dúvida, é um passo importantíssimo, principalmente porque estamos sem um registro sequer de febre aftosa há um ano. Esse status

é importante para ingresso de nossas carnes no mercado norte-americano, incluindo Canadá e México, e, de quebra, em outros mercados, como o asiático, que utilizam os mesmos padrões sanitários dos Estados Unidos.

- Atualmente, quais são as principais barreiras às exportações de carnes brasileiras?

- As barreiras são basicamente as protecionistas. A mais comum é o protecionismo sanitário. Por isso, estamos fazendo acordos sanitários bilaterais. Agimos assim com a Rússia para a carne suína, com China para a carne suína, bovina e de frango. Pretendemos, usar a mesma estratégia para negociar com outros países.

- O acordo de livre comércio entre Mercosul e países andinos sairá até o final do ano?

- Nossa expectativa é de que este acordo se conclua até o final do ano. O assunto está sendo conduzido pelo Itamaraty. No que diz respeito a produtos agrícolas não há muita abertura, mas sempre é um mercado interessante

- Esse acordo fortaleceria a posição do Mercosul na negociação da Alca?

- Sim. Mesmo assim, acredito que as negociações agrícolas no âmbito da Alca serão complexas. Eu costumo dizer que o Brasil deve adotar uma posição firme: ou se negocia produto agrícola ou não há nada

para negociar. Portanto, acho que é primordial pedir que os americanos formulem uma proposta agrícola. Sem abertura para produto agrícola o Brasil não deve, na minha opinião, negociar. Porque somos competitivos na agricultura. Não adianta entrarmos em acordos que se transformam em meros instrumentos para facilitar a vida das multinacionais de automóveis.

- Nas negociações entre Mercosul e União Européia, para a abertura comercial entre os blocos, o Brasil vai impor a eliminação de cotas?

- Esse acordo interessa muito ao Brasil, mas eu noto uma lentidão no processo. A União Européia está adotando uma postura muito protecionista. O bloco acaba tomar decisões duras, como a mudança na denominação da computação tarifária do frango, que gerou aumento na tarifa de importação. Além disso, os europeus estão acusando o Brasil de utilizar em nossos frangos uma substância proibida — o nifrofurano, antibiótico cujo uso foi proibido pelo Ministério da Agricultura.

Em minha opinião, são medidas estritamente protecionistas, porque o frango brasileiro é de excelente qualidade e é competitivo. Os europeus estão tentando defender a sua indústria, que não consegue competir com nossos padrões de qualidade.

- Mas, nas negociações, o Brasil vai exigir a eliminação de cotas para exportação?

- Claro. Você não pode fazer acordo de livre comércio estabelecendo cotas. Tem que ter, ao menos, um horizonte de eliminação de cotas, de curto prazo. O mais urgente, porém, com relação à UE, é a eliminação dos subsídios à exportação. Nós estamos recorrendo à OMC (Organização Mundial do Comércio) contra os subsídios dados pelos europeus às suas exportações de açúcar e de frango e também em relação ao algodão e a soja nos Estados Unidos. É fundamental que o Brasil mantenha uma posição firme de não aceitar práticas desleais de comércio.

- Na última reunião da Organização do Comércio, em Doha, Qatar, no final do ano passado, os países produtores agrícolas conseguiram incluir a agropecuária na pauta de futuras negociações na entidade. De lá para cá houve avanços nas negociações multilaterais para intensificar o comércio mundial agropecuário?

- Houve manifestação de representantes dos países desenvolvidos, em especial os da União Européia sobre a necessidade de o mundo industrializado reduzir os subsídios à agricultura, também para os seus produtores como as suas exportações. Isso já é um avanço. Agora, precisamos fazer com que tais propósitos se materializem nas próximas rodadas do OMC. Sem medidas concretas, não haverá reversão nessa situação que causa enormes prejuízos ao Brasil. Há dois anos, por exemplo, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou dados informando que os 29 países desenvolvidos filiados ao organismo deram US\$

380 bilhões em subsídios aos seus problemas. Ou seja, mais de US\$ 1 bilhão por dia em subsídios. Estima-se que a redução dos subsídios poderia representar um aumento, já no primeiro ano, de US\$ 6 bilhões nas exportações brasileiras. Por isso, temos urgência em equacionar esse assunto, embora saibamos que as negociações multilaterais são complexas e, conseqüentemente, muito mais demoradas.

- Os países desenvolvidos tomaram medidas práticas isoladamente para reduzir as restrições ao comércio mundial agropecuário?

- Não. Apesar de manifestarem na reunião da OMC, um fórum multi lateral, a intenção de reduzir as barreiras, alguns países e blocos econômicos agiram no sentido contrário. Os Estados Unidos, por exemplo, aprovaram neste ano a sua nova lei agrícola, na qual prevêem a concessão de US\$ 180 bilhões em subsídios aos agricultores nos próximos 10 anos. Já a União Européia decidiu, recentemente, elevar de 15% para 75% a tarifa sobre as importações de frango salgado brasileiro. Isso poderá ter reflexos extremamente negativos nas nossas exportações de aves, caso não seja revertido o mais rápido possível.

- Como anda as negociações com outros países?

- Pratini de Moraes - Temos conseguido avanços significativos. Nesta semana, por exemplo, a África do Sul liberou as exportações brasileiras de carne bovina sem osso e suína provenientes das áreas livres de febre aftosa e de peste suína clássica. Recentemente, também estabelecemos acordo de equivalência sanitária com a China, que nos permite exportar carne bovina e de frango àquele país já a partir deste segundo semestre. Além disso, firmamos protocolo com o Canadá para exportarmos cortes nobres de frango. Ao mesmo tempo, continuamos as negociações com a União Européia para fecharmos um acordo de equivalência sanitária.

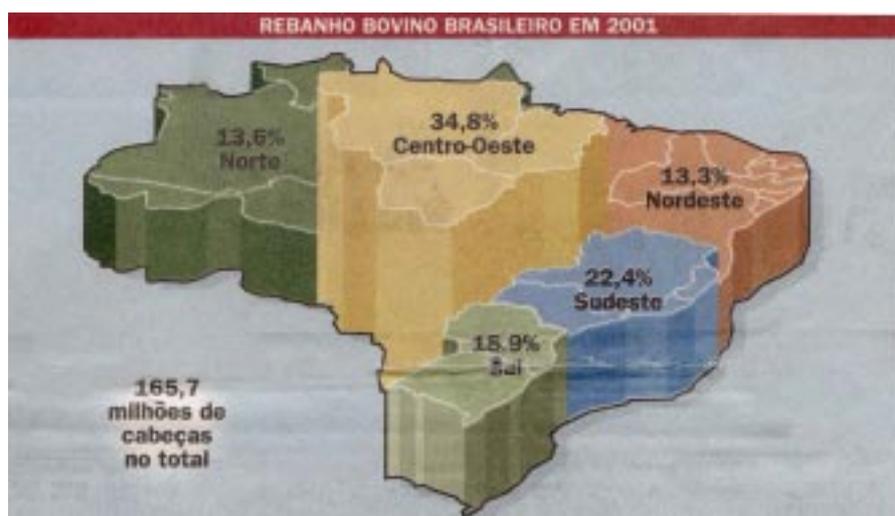
- Como senhor analisa o desempenho do agronegócio brasileiro no contexto internacional?

- Apesar de todas as restrições, temos conseguido avanços. No ano passado, tivemos um saldo de US\$ 19 bilhões na balança comercial, que resultou de US\$ 23 bilhões em exportações contra US\$ 4 bilhões em importações. Tudo isso graças à competitividade de nossos produtos agropecuários. As exportações do complexo carnes, por exemplo, aumentaram em quase US\$ 1 bilhão em 2001, em relação à 2000. As vendas externas de carnes bovina, suína e de frangos totalizam US\$ 2,85 bilhões, contra US\$ 1,9 bilhão de 2000. A previsão é de que neste ano as exportações do setor cheguem, no mínimo, a US\$ 3 bilhões. Esse desempenho é resultado dos programas de sanidade animal, de ações de marketing e das próprias negociações bilaterais.

- Ministro, coube ao agronegócio mostrar que a economia brasileira é capaz de gerar boas notícias?

- Pratini de Moraes - Realmente o setor agrícola tem contribuído

nos últimos anos para o crescimento da nossa economia, com recordes de produção e exportação, geração de emprego, investimentos crescentes e evolução tecnológica. Este ano, o setor deve apresentar um superávit comercial que chegar a 21 bilhões de dólares. Sem dúvida, será o bom desempenho do agronegócio que vai segurar o PIB, cujo crescimento estamos prevendo em 5%. O crescimento só da agricultura deve ficar em torno de 8%. Se São Pedro nos ajudar, a produção brasileira pode bater um novo recorde, superando 105 milhões de toneladas de grãos, em 2002/03. A colheita vem garantindo esse crescimento por meio de ganhos constantes de produtividade, que aumentou nos últimos dez anos em torno de 70%. Os recursos para o financiamento da safra já estão disponíveis nas agências bancárias. São R\$ 26 bilhões. A maioria desses recursos será emprestada a juros fixos. Nas regiões produtoras não se fala sobre crise. O otimismo dá o tom nas conversas dos produtores e dos empresários ligados ao campo. É dessas regiões que estão vindo as boas notícias.



[Volta ao índice](#)

Eterna vigilância contra a aftosa

O sistema de vigilância sanitária, elaborado para trabalhar no combate à febre aftosa, abrange todo o território nacional e é composto por uma rede de 3.100 unidades locais de atendimento veterinário. A função destas unidades é receber, processar e analisar informações, bem como enviá-las aos diferentes agentes do programa. Essas redes locais são agrupadas em outras 284 unidades regionais de informação. A rede de informações é composta ainda por 27 unidades centrais e estaduais. Todas estão ligadas a uma coordenação central representada pelo DDA.

Neste processo, o forte esquema de capilaridade dos agentes na assistência ao combate à doença foi um dos pontos fundamentais para que a obrigatoriedade de, no mínimo, quatro vacinas até que o animal complete 24 meses fosse respeitada pelos produtores. A partir do segundo ano, a vacinação passa a ser anual e as datas de vacinação ficam a critério de cada estado. De acordo com o diretor do Departamento de Defesa Animal (DDA), órgão da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MA-PA), João Cavallero, a retirada da obrigatoriedade da vacina ainda deverá ser estudada. “Depende de uma análise rigorosa de risco e tudo depende se houver avanço no controle da doença também nos países vizinhos. Enquanto isso não acontecer não vamos retirar a vacina”, diz.

Cavallero explica que a execução da vacina é de exclusiva responsabilidade do produtor que, após 15 dias, apresenta à unidade de vigilância sanitária local os frascos vazios da vacina, comprovando que esta foi realizada. Apenas as vacinações estratégicas, ou seja, em aldeias indígenas, pequenos rebanhos de cidades e de assentamentos rurais, ficam por conta das unidades do governo.

O rigoroso controle de qualidade das vacinas, bem como seu transporte, manuseio e conservação, é outro ponto destacado por Cavallero. Segundo ele, o sucesso da produção de vacinas de alta qualidade deve-se ao rigoroso trabalho de controle realizado pelo DDA.

Sobre o processo de comercialização destas vacinas, Cavallero acrescenta que apenas as lojas veterinárias registradas no Ministério da Agricultura estão autorizadas a vendê-las. A vigilância estende-se também ao manuseio do produto. As vacinas são conservadas, transportadas e mantidas entre dois e oito graus centígrados.

O veterinário e fiscal de controle Orazil Romeu Bandini, da Delegacia Federal de Agricultura do Mato Grosso do Sul, atribui parte do

exito no programa de erradicação à conscientização dos pecuaristas que deixaram de comprar gado de outros países. Ele cita como exemplo o que ocorreu em seu estado, o Mato Grosso do Sul, que hoje responde pelo maior rebanho do País, com 22,5 milhões de cabeças. “O estado era modelo para o país, mas o problema foi o contrabando que muitos pecuaristas faziam do Paraguai trazendo animais infectados”, diz ele. O surto foi nos anos de 1998 e 99, e o Mato Grosso do Sul deixou de exportar ou vender para outras localidades do Brasil. “Ficamos só com o consumo interno”, diz ele. “Agora o estado é área livre com vacinação e já está retomando seu mercado”.

[Volta ao índice](#)

Outras enfermidades na mira

Foram gastos, nos últimos 12 anos, US\$ 1,7 bilhão em programas de saúde animal, dos quais US\$ 1,2 bilhão foram investimentos em campanhas de vacinação e US\$ 500 milhões em programas de ação de defesa tanto por parte do governo quanto da iniciativa privada. João Cavallero, explica que, embora a maior parte dos recursos tenha sido direcionada para a erradicação da febre aftosa, há ações contra todas as demais enfermidades que atingem a produção bovina brasileira.

Entre os exemplos Cavallero cita a brucelose e a tuberculose. Embora a incidência dessas doenças sobre as 170 milhões de cabeça de gado existentes no País seja considerada baixa, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento já tem a pretensão de erradicá-las em alguns estados no ano que vem. "As campanhas de vacinação contra essas doenças começaram este ano", diz o diretor do DDA.

A estomatite vesicular e a raiva de herbívoros são outras enfermidades citadas pelo diretor do DDA como preocupantes.

"Estamos o programa de prevenção avançado no caso da raiva de herbívoros, principalmente no controle dos vetores. Esta enfermidade, transmitida por morcegos hematófagos, é fatal, não há cura para o animal", diz ele.

Sobre a brucelose, o médico veterinário Orazil Romeu Bandini, da Delegacia Federal de Agricultura do Mato Grosso do Sul, explica que há o risco da doença ser transmitida ao ser humano, mas que o combate é fácil porque é necessária apenas uma dose de vacina na vida nas fêmeas. "A brucelose causa aborto na primeira gestação, mas a vacinação é feita entre o terceiro e o oitavo mês devida do animal", afinal a Bandini. Em relação à raiva, o veterinário conta que a campanha de vacinação já é obrigatória em oito municípios do Mato Grosso do Sul, localizados em regiões serranas e com cavernas.

O veterinário explica que não se trata ainda de um problema de epidemia dessas doenças, mas que a obrigatoriedade evita que as produções sejam prejudicadas. "Alguns países como a Rússia só aceitam o gado proveniente de propriedades livres da brucelose, por exemplo". As incidências menores da brucelose (menos de 1 %) ocorrem, atualmente, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e em Santa Catarina, estados que instituíram a obrigatoriedade da vacina há sete anos.

[Volta ao índice](#)

A saga do zebu supremo

Ao longo da colonização, o Brasil passou por vários ciclos econômicos: o do extrativismo da madeira e especiarias; o do ouro; o ciclo da cana-de-açúcar; e, finalmente, o ciclo dos bovinos, que se tomaram o grande elemento de colonização do interior da nação.

As várias entradas para o oeste do Brasil só ocorreram sob a instalação e manutenção de grandes propriedades dedicadas à bovino cultura.

As primeiras importações de zebuínos aconteceram entre os anos de 1870 e 1875 e continuaram até 1962, quando foram proibidas pelo Governo federal.

Essas importações atingiram um volume total de 6.300 animais e, desse núcleo tão reduzido, originaram -se as 132 milhões de cabeças com sangue zebuíno que predominam em solo brasileiro. Já as raças taurinas têm 500 anos de importação para o país, que permanecem ininterruptas até hoje, devendo atingir a marca de 1,5 milhão de cabeças importadas. No entanto, devido à sua reduzida capacidade de se adaptar às condições tropicais, as raças taurinas representam apenas 20% do efetivo bovino nacional.

Essa supremacia das raças zebuínas exigiu dos criadores brasileiros a instituição de um serviço oficial de registro genealógico em 1934 e a instituição de um serviço de provas zootécnicas, iniciado em 1968.

O serviço foi delegado à Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) pelo Ministério da Agricultura brasileiro.

O registro genealógico atingiu, desde sua criação, aproximadamente 6 milhões de animais registrados, de todas as raças.

[Volta ao índice](#)

Os circuitos pecuários do Brasil



[Volta ao índice](#)